



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0003824-69.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Depósito - Depósito**
 Requerente: **Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados**
Pcg Brasil Multicarteira
 Requerido: **Jozefer Alves Pinheiro**

Proc. 375/10
 4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

BV FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, instituição financeira já qualificada nos autos, moveu, fundamentada no art. 3º, do Dec.-Lei 911/69, ação de busca e apreensão contra JOSEFER ALVES PINHEIRO, também já qualificado, visando o bem descrito a fls. 02, que lhe foi alienado fiduciariamente em garantia.

A inicial veio instruída com cópia do contrato e notificação extrajudicial, levada a efeito contra a suplicada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deferida a liminar (fls. 18), o bem não foi localizado.

Destarte, atendendo a requerimento da autora, o Juízo, a fls. 42, converteu a ação de busca e apreensão em depósito.

Citado, o réu contestou a fls. 57/59, alegando que passa por dificuldades financeiras.

Destarte, ofereceu o veículo para abatimento da dívida alegando que o bem se encontra apreendido no pátio da CIRETRAN de Avaré.

Docs. acompanharam a contestação (fls. 62/65).

Réplica à contestação, a fls. 67/70.

A fls. 84, este Juízo determinou a regularização do feito tendo em conta o pedido de substituição processual deduzido a fls. 50/51.

Destarte, ingressou no feito, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG – BRASIL MULTICARTEIRA.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

É de senso comum que na alienação fiduciária, determinada pessoa (A) adquire um bem de outrem (B), mediante financiamento por terceiro (C). Em operação casada "A" aliena o bem para "C", segundo as regras estabelecidas para o instituto supra aludido. Paga a dívida, o bem passa do domínio de "C" para o domínio do primitivo alienante fiduciante "A". Não paga a dívida do mútuo, a lei dá direito de busca e apreensão e ação de depósito para "C" em relação a "A". A propósito, veja-se: JTA - 117/25.

É certo que a tradição na espécie é operada de modo simbólico.

Realmente, o fiduciante conserva a posse e adquire correlatamente a condição de depositário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Pois bem.

As partes, como consta da inicial, celebraram contrato de alienação fiduciária, tendo por objeto o bem descrito a fls. 02 dos autos.

Por conta da falta de pagamento do débito, a autora requereu, nos termos em que supra especificados, a busca e apreensão do bem, o que foi deferido.

O bem não foi localizado.

Destarte, atendendo a requerimento da autora, o Juízo converteu a ação de busca e apreensão em depósito.

Segundo dispositivo contido no art. 3º, parág. 2º, do Dec.lei no. 911/69, ao devedor inadimplente cabe o pagamento integral da dívida.

Logo, a justificativa apresentada na contestação, não tem fomento jurídico, pelo que não pode ser acolhida.

Em outras palavras, as alegadas dificuldades financeiras não se constituem argumento hábil a justificar a falta de pagamento.

Outrossim, interpretando o dispositivo contido no art. 3º, parág. 2º, do Dec.lei no. 911/69, a jurisprudência, como se vê em julgado publicado em JTA 105/185, vem decidindo que "a integralidade da dívida vem a ser o total do débito, isto é, o principal e os encargos contratuais, abrangendo comissões e demais despesas".

Isto posto, forçoso convir que não incidiu a autora em equívoco, ao exigir o pagamento integral do débito.

Mas não é só.

Com efeito, iterativa jurisprudência já firmou entendimento de que por força do dispositivo contido no art. 3º, parág. 2º, do Decreto 911/69, na contestação da ação de busca e apreensão só se poderá alegar o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais. É que nessa ação ainda não se trata de cobrança, não se podendo falar em excessos de cláusulas contratuais que, por sua vez, somente serão impugnáveis em momento oportuno, não no âmbito restrito da ação de busca e apreensão que visa, unicamente consolidar a propriedade nas mãos do legítimo dono. A propósito, veja-se: STJ – 3ª Turma – Ag. 253.568-PR.

Relativamente à ação de depósito, observo que de acordo com magistério de Caio Mário da Silva Pereira (Instituições de Direito Civil - vol. I - pgs. 135,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

136, 139, 140 - ed. 1983), "toda lei está sujeita a interpretação. Inexato é, portanto, sustentar que somente os preceitos obscuros, ambíguos ou confusos, exigem interpretação, e que a clareza do dispositivo a dispensa. Há sempre necessidade de se investigar a essência da vontade legislativa, não apenas na exteriorização verbal, mas naquilo que é a sua força interior e o poder de seu comando. Denomina-se interpretação sistemática a que leva o investigador ainda mais longe, evidenciando a subordinação da norma a um conjunto de disposições de maior generalização, do qual não pode ou não deve ser dissociada."

Outra não é a opinião de Silvio Rodrigues (Direito Civil - vol. 1 - pg. 25 - ed. 1977) que ao discorrer sobre a interpretação das leis, afirma que "examina-se a posição do artigo no corpo da lei, o título a que está submetido, o desenvolvimento do pensamento do legislador, enfim, o plano da lei."

Ora, alienação fiduciária, segundo ensina Orlando Gomes (Direitos Reais - pgs. 351 e seguintes), é contrato por via do qual o fiduciário (instituição financeira) "adquire, em confiança a propriedade de um bem, obrigando-se a devolvê-lo". Obtém propriedade resolúvel, diante da obrigação de restituir, ínsita na avença, enquanto o fiduciante atua, por sua vez, com a intenção de recuperar o bem, cumprindo, fielmente, os pagamentos a que se obriga."

Caio Mario da Silva Pereira (Instituições de Direito Civil - vol. IV - pgs. 363 e seguintes), acrescenta que o fiduciante é a um só tempo, alienante e depositário, "resolvendo-se o contrato com a solução da dívida".

Não por outra razão, na execução do contrato, a não devolução da coisa, quando da falta do pagamento do preço, submete o devedor à sanção da prisão civil, que nada mais é do que mecanismo de coerção, para o cumprimento da obrigação de restituição que, se não satisfeita, pode ser imposta ao devedor.

Sem dúvida alguma, conclui-se, considerando-se o que foi transcrito acerca da interpretação de leis, que o pensamento do legislador do Dec. Lei 911/69, foi aquele constante dos dois parágrafos imediatamente anteriores a este, uma vez examinado o dispositivo contido no art. 4º., em consonância com o corpo do normativo, título que está submetido, enfim, no plano da lei.

Todavia, com a superveniência da Constituição de 1988,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

começou, como anotado em julgado publicado em RT 699/92, a "formar-se corrente de pensamento com entendimento limitativo das hipóteses de prisão civil a apenas duas situações básicas (alimentos e depósito), fundando-se na retirada da expressão "na forma da lei" do texto vigente. Sustenta-se, nessa tese, que se restringiu o alcance das exceções ao princípio da insubmissão a prisão, afastando-se, pois, da sanção, a alienação fiduciária e relações outras de depósito não típicas. Por outras palavras, apartaram-se deste contexto os denominados depósitos por equiparação, dentre os quais se procura inserir a fidúcia, como tal tratada em nossa lei especial mencionada (nesse sentido, decisão desse E. 1º. Tribunal de Alçada Civil, em RT 665/107, mas tomada por maioria).

Atualmente, como anotado em julgado proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça nos autos da Apelação no. 1.113.906-00/5, a jurisprudência majoritariamente adotou tal entendimento.

Realmente, merecendo a propósito, a transcrição da súmula do v. aresto:

"1. Assegurado expressamente no contrato de financiamento o direito do banco autor perseguir o crédito constituído em virtude de inadimplemento contratual, de ser afastada a preliminar de ilegitimidade ativa.

2. Autorizada pelo art. 4o, do Dec. Lei 911/69 a conversão da ação de busca e apreensão em depósito para os casos de não localização do bem, incabível a arguição de impossibilidade jurídica do pedido por falta de previsão contratual.

3. Na ação de busca e apreensão de bem fiduciariamente alienado, por não haver campo para discussão do débito, salvo nos casos de purga da mora, inexistente cerceamento de defesa no julgamento antecipado da lide, não acenando a autora, em momento algum, a intenção de saldar o débito.

4. Instruída a inicial com o título protestado ou com a comprovação da entrega da notificação, está regularmente configurada a mora do devedor, nos termos do art. 2º., §2º. do D.L.911/69, com as alterações da Lei 10.931/2004.

5. Há incompatibilidade com a natureza da ação e celeridade do rito previsto no Decreto-Lei 911/69, a reconvenção deduzida na ação de busca e apreensão convertida ou não em depósito.

6. O devedor ou alienante de bem fiduciário que deixar de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

pagar o débito, sujeita-se à busca e apreensão ou depósito.

7. Não restituído, cumpre ao depositário efetuar o pagamento do bem pelo equivalente em dinheiro.

8. Com as modificações procedidas pela Lei no. 10.931/04 no D.L. 911/69, convertendo a busca e apreensão ou o depósito em cobrança, incide agora a regra constitucional do artigo LXVII, da Lei Magna de 1988, que proíbe a prisão civil por dívida salvo por obrigação alimentícia e de depositário infiel.

9. Consolidou-se a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça que não cabe prisão civil do devedor que descumpre contrato garantido por obrigação fiduciária, mesmo na vigência do D.L. 911/69, na sua redação originária." (destaque nosso).

O réu, certamente, como já observado a saciedade, antes de subscrever o contrato acostado à inicial teve prévia ciência de sua natureza e das conseqüências decorrentes do descumprimento.

Destarte, em não podendo proceder a entrega dos bem, cabia ao requerido, por força de lei, o pagamento do equivalente em dinheiro.

Resumindo; ante o teor das transcrições doutrinárias e jurisprudenciais acima efetuadas, o réu deveria entregar o bem, ou então, proceder o depósito de todo o débito.

Como não o fez, a procedência da ação, é medida que se impõe, afastada, porém, a hipótese de prisão.

Observo que o requerido alegou que o bem objeto desta ação encontra-se apreendido na CIRETRAN de Avaré.

Expedida precatória para apreensão do veículo, a autora a fls. 81, alegou que não houve cumprimento da deprecata, posto que extraviada.

Isto posto, e por não apreendido o veículo, o decreto de procedência, como acima anotado, é medida que se impõe.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo, fundamentado no art. 4º., do Dec.-lei nº 911/69 e art. 902, do CPC, procedente a ação** para condenar o réu como devedor fiduciário, equiparado a depositário, a restituir à autora o bem descrito na inicial, no prazo de 24 hs..



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ante a impossibilidade de restituição do veículo, deverá o requerido restituir à requerente, a importância devida, atualizada e acrescida de juros de mora, contados a partir da citação.

Ressalvo desde já à autora, a possibilidade de utilização da faculdade referida no art. 906, do CPC, se for o caso.

Condeno o réu ao pagamento das custas deste feito e ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 15% do valor do débito.

Concedo ao suplicado, face ao teor da declaração de fls. 61, os benefícios da Justiça Gratuita.

Em consequência, suspendo a execução das verbas de sucumbência, até que reúna condições para pagamento.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 23 de fevereiro de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO